

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 29

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado terá embate sobre o Carf em agosto..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

TCU julga "sequelas" de PEC dos Precatórios..... 4

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo cria programa para reduzir fila do INSS..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

MP cria bônus de produtividade para reduzir fila do INSS..... 6

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Conselho da Previdência fará mutirão para julgar BPC e pensão do INSS (Previdência)
..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Deteriorada após reforma, Previdência é a 65ª pior entre 75 países..... 9

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Parcela do Bolsa Família de julho começa a ser paga..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo anuncia 2.480 novas vagas em concursos públicos..... 12

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

As mulheres na economia (Artigo)..... 14

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação de reforma ocorrerá em 2024..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mais de 40 pontos da reforma dependerão de regulação por lei..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Setores vão ampliar pressão por mais exceções durante votação no Senado..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Restaurantes estimam reajuste de até 20% sem tributo reduzido..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Tributo sobre exportações vai gerar nova guerra fiscal"..... 21

O GLOBO - ON LINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os alertas de Fishlow e do Ipea	23
O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Rafael fontes contesta Ipea sobre aumento de impostos com reforma tributária.....	24
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
STJ pode definir tributação de plano de opções de ações.....	25
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad prevê reforma da renda.....	27
O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Fernando Haddad quer discutir desoneração da folha junto com IR.....	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad volta atrás e deixa apresentação de reforma da renda "para o final do ano"	29
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad: reforma do IR somente após mudanças nos tributos sobre consumo.....	30
O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Ministro da Fazenda defende que o rico deve pagar mais imposto do que o pobre.....	31
O GLOBO - ON LINE - RJ - BLOGS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma do IR vai tributar dividendos, e esse será um debate intenso e necessário	32
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Folha e IR terão debate 'combinado'.....	33
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA POLÍTICA	
Governabilidade é a mais baixa de Lula em três mandatos, mostra índice.....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Knot, do BCE, coloca em dúvida alta de juros em setembro.....	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SERVIDOR PÚBLICO	
Empresas vão liberar funcionários em jogos da Copa do Mundo.....	38
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO	
DF terá ponto facultativo em jogos da seleção.....	40
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - O DIA SEGURIDADE SOCIAL	
PASSAGEM AÉREA MAIS BARATA: APOSENTADOS PODEM USUFRUIR - FALANDO DE APOSENTADOS.....	41

Senado terá embate sobre o Carf em agosto

O Senado vai analisar em agosto um dos projetos mais importantes para a pauta fiscal do Poder Executivo. Trata-se da restauração do voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, proposto no projeto de lei (PL) 2.384/2023, que devolve à Fazenda Nacional o poder de desempatar julgamentos de processos administrativos sobre dívidas tributárias. Ele foi aprovado pela Câmara dos Deputados no início do mês e agora precisa do aval dos senadores.

Com a medida, o Planalto espera turbinar a arrecadação a tempo de fechar a Lei Orçamentária

Anual para 2024. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), estima que a retomada do desempate no **Carf** pode trazer pelo menos R\$ 15 bilhões para o caixa da União, na forma de dívidas tributárias recuperadas.

Os julgamentos do **Carf** acontecem em câmaras compostas por igual número de representantes da Fazenda Nacional e dos contribuintes. Até 2020, quando havia empate nas decisões, valia o voto do presidente da câmara, que é sempre um representante da Fazenda. Isso mudou com a Lei 13.988, que se originou na chamada MP do Contribuinte Legal (MP 899/2019). Um dispositivo da lei extinguiu o voto de qualidade nos processos administrativos de determinação e exigência de crédito tributário. No novo formato, os contribuintes teriam a vantagem nas votações que terminassem empatadas. A regra foi acrescentada durante a tramitação da MP na Câmara, mantida pelo Senado e sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro.

O governo atual tentou desfazer a mudança duas vezes - primeiro através de medida provisória (MP 1160/2023), numa das primeiras iniciativas legislativas enviadas no início da gestão. A tramitação, porém, nunca andou: a comissão mista, primeira etapa de análise, não chegou a ser instalada. Assim, a MP perdeu a validade ao fim do seu prazo máximo de quatro meses. O governo enviou o PL 2.384/2023 em maio, mantendo vivo o tema.

O governo costurou na Câmara dos Deputados um acordo que suaviza os resultados dos julgamentos já afetados pelo voto de desempate, graças à MP 1.160/2023. O texto que chega ao Senado já incorpora essas inovações. Nas decisões com o voto de desempate, serão excluídas as multas, o contribuinte poderá parcelar o valor devido sem juros e a **Receita**

Federal não representará contra o devedor no Ministério Público por crime tributário. Essas exceções valem para os casos já julgados pelo **Carf** e ainda pendentes de análise pelo Tribunal Regional Federal competente quando a futura lei for promulgada.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=129379#page/1>

TCU julga "sequelas" de PEC dos Precatórios

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) analisa hoje o relatório sobre os riscos fiscais da chamada PEC dos Precatórios, emenda constitucional que permitiu a expansão dos gastos sociais durante o último ano do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Apesar de reconhecer o efeito significativo sobre as contas públicas, o órgão de controle não deve abrir nenhum processo para sancionar os responsáveis.

Amparado em relatórios do Instituto Fiscal Independente (IFI), o TCU diz no documento que a postergação dos pagamentos de precatórios poderá levar o país a um déficit primário de 1% a 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2027, quando termina o prazo previsto no texto da PEC.

"O limite de gastos com precatórios alivia a execução orçamentária no curto prazo, mas pressiona no médio prazo", diz o relatório técnico do TCU, assinado pelo relator Rafael Cavalcante Patusco.

Apesar dessa constatação, o documento reconhece que o grande volume de despesas judiciais previstas para 2022 consistia em um risco orçamentário.

Ao encaminhar a PEC ao Congresso, em agosto de 2021, o governo Bolsonaro informou que as despesas judiciais programadas para o exercício seguinte - ano eleitoral - somava R\$ 90 bilhões.

O valor superava em 60% o registrado no ano anterior e poderia comprometer investimentos e "ações do governo federal".

Adiar os pagamentos, segundo alegação do governo anterior, seria a única maneira de "evitar um colapso financeiro e da máquina pública diante do esvaziamento quase que completo dos recursos discricionários pelas despesas decorrentes de condenações em sentenças judiciais".

Números encaminhados ao TCU mostram, no entanto, que os gastos sociais e previdenciários foram amplamente incrementados após a aprovação da proposta.

Com maior espaço no teto de gastos, o programa Auxílio Brasil - atual Bolsa Família - recebeu um

incremento de R\$ 54 bilhões.

Outros R\$ 38 bilhões foram acrescidos em seguridade.

Com o adiamento de boa parte dos pagamentos de precatórios previstos para o ano passado, a conta de 2023 ficou maior. De acordo com o relatório, são devidos neste ano R\$ 51 bilhões, dos quais R\$ 22 bilhões referentes a precatórios não pagos em 2022.

"Apesar da melhora no cenário de curto prazo, a regra do teto de despesas com precatórios gera um passivo que deverá ser pago em 2027, que segundo estimativas da IFI, levará o resultado primário para um déficit de 1% do **PIB**", diz o relatório do TCU.

Os auditores ponderaram, entretanto, que o histórico de despesas com precatórios não apresenta comportamento previsível.

Sustentam, ainda, que as mudanças feitas pela PEC refletem uma escolha política que não caberia ao tribunal de contas julgar.

"A PEC 23/2021 continha uma escolha política de manejo da realidade fiscal diante da projeção de significativo crescimento das despesas com precatórios e da legislação vigente", diz o documento.

"Escolha esta que é prerrogativa do Poder Executivo, cuja proposta de emenda cumpriu o processo legislativo sem vícios materiais e formais".

Ainda assim, o documento não descarta a possibilidade de que auditorias específicas sejam abertas para analisar a maneira pela qual o espaço fiscal aberto pela PEC foi utilizado.

Uma oportunidade seria a análise das contas de Bolsonaro referentes a 2022, mas elas já foram aprovadas com ressalvas pelo plenário do tribunal em junho deste ano.

"O limite de gastos com precatórios alivia a execução orçamentária no curto prazo, mas pressiona no médio" Rafael Cavalcante Patusco

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187606?page=1§ion=1>

Governo cria programa para reduzir fila do INSS

Os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) voltarão a ganhar bônus de produtividade para reduzirem as filas no órgão.

O Diário Oficial da União publicou, em edição extraordinária, uma medida provisória que cria o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** e retoma algumas ações emergenciais dos últimos anos.

O bônus de produtividade será pago aos funcionários que trabalharem além da jornada regular na análise de requerimentos de benefícios e na realização de perícias médicas, principalmente nos processos com mais de 45 dias ou com prazo final expirado.

O programa durará nove meses, prorrogáveis por mais três.

Os servidores administrativos do **INSS** receberão bônus de R\$ 68 por tarefa; e os médicos peritos, R\$ 75 por perícia. Os ministérios da **Previdência Social** e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos editarão portarias com metas e avaliação de acompanhamento e de alcance dos objetivos fixados. O bônus de produtividade já foi posto em prática em 2019 para reduzir as filas na concessão de aposentadorias, pensões e auxílios pelo **INSS**. Com o crescimento do tempo de espera dos processos nos últimos meses, o governo atual decidiu retomar a prática.

No último dia 5, o Ministério da **Previdência Social** lançou o Portal da Transparência Previdenciária. Pela internet, qualquer cidadão pode consultar o tamanho e o perfil da fila do **INSS**.

Até junho, o **INSS** tinha 1,8 milhão de requerimentos para serem analisados, dos quais 64% superavam o tempo legal de atendimento de até 45 dias. O Ministério da Previdência quer que, até o fim do ano, todos os processos sejam respondidos dentro do prazo legal.

De acordo com o **INSS**, a retomada do bônus de produtividade custará R\$ 129 milhões ao governo. Não será necessário fazer um crédito suplementar (remanejamento de verbas) porque o valor estava reservado no Orçamento deste ano.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230719&p=1>

MP cria bônus de produtividade para reduzir fila do INSS

Cristiane Gercina

O governo federal publicou, em edição extra do Diário Oficial da União desta terça-feira (18), a medida provisória 1.181, que vai pagar bônus de produtividade a servidores administrativos e médicos peritos para redução da fila de espera dos benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Conforme a Folha adiantou, o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** pagará bônus de R\$ 68 para servidores administrativos e de R\$ 75 para peritos médicos e será destinado a benefícios que estão há mais de 45 dias na fila de espera. A duração será de nove meses, podendo ser renovado por mais três.

No caso das perícias, poderão integrar o programa perícias que estejam atrasadas a mais de 30 dias, em unidades que não contam com serviço médico pericial e que possuam prazo judicial expirado.

Atualmente, há 1,79 milhão de segurados à espera de concessão de aposentadoria, pensão, auxílios e BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50342&anchor=6480451&maxTouch=0&_ga=2.68153809.1790081957.1689562764-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=d85383436202383fdd279757e44929ba

Conselho da Previdência fará mutirão para julgar BPC e pensão do INSS (Previdência)

Cristiane Gercina

O CRPS (Conselho de Recursos da **Previdência Social**) dará início, em agosto, a um mutirão para julgar processos que tratem sobre o direito ao BPC (Benefício de Prestação Continuada) e à pensão por morte pagos pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

A medida integra plano do governo federal de dar andamento à fila de pedidos por benefícios previdenciários. Nesta terça-feira (18), medida provisória instalou o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, que pagará bônus a servidores administrativos e a peritos médicos.

O CRPS, órgão responsável por julgar os recursos de segurados contra negativas do **INSS**, tem hoje um estoque de 1 milhão de pedidos pendentes. Do total, 860 mil aguardam julgamento e 140 mil esperam exame médico pericial.

O mutirão foi determinado por meio de portaria do Conselho da Previdência, publicada em 12 de julho. Segundo o documento, as ações para redução da fila de espera ocorrerão durante quatro meses, de agosto a novembro.

Em agosto e setembro, serão julgados os recursos que tratam de pensão por morte. Atualmente, há 37,8 mil processos do tipo no CRPS.

Em outubro e novembro, será a vez do BPC, benefício concedido a idosos e deficientes de baixa renda. Neste caso, serão julgados recursos de idosos, que somam 28,6 mil processos no conselho.

Segundo a portaria, cada conselheiro das chamadas unidades julgadoras deverá pautar, nos meses correspondentes a essa ação extraordinária, o mínimo de 93 processos de pensão por morte e 68 de BPCs do idoso. Além disso, todos os processos de pensão e BPC do idoso deverão ser pautados para julgamento até o dezembro deste ano.

A fila de benefícios do **INSS** tem hoje 1,794 milhão de segurados à espera de uma resposta. Caso haja negativa ao pedido após análise inicial, o cidadão recorre ao conselho de recursos. A fila tem incomodado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

(PT).

Em live na terça-feira (11), durante o programa Conversa com o Presidente, Lula abordou o assunto. "Eu quero saber se a fila é porque não tem dinheiro para pagar os aposentados, por isso que demora. O Bolsonaro fez isso no governo passado. Eu quero saber se é falta de funcionário", disse.

"Não há nenhuma explicação, a não ser 'eu não posso aposentar porque não tem dinheiro para pagar'. Se for isso, tem que ser muito verdadeiro com o povo e dizer o porquê que tem essa fila. Se é falta de funcionário, a gente tem que contratar funcionário. Se é falta de competência, a gente tem que trocar quem não tem competência", afirmou o presidente da República.

Para Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), as ações demonstram uma possibilidade de andamento das filas. "Esperamos que estas ações, junto com outras, possam ajudar a diminuir a fila de espera", diz.

Os trabalhadores inscritos no CadÚnico (Cadastro Único) que fazem parte de família de baixa renda podem receber o BPC. Para isso, a renda per capita (por pessoa) deve ser de até um quarto do salário mínimo, o que dá R\$ 330 neste ano. Não é necessário ter contribuído com a Previdência, ou seja, não há exigência de tempo mínimo.

O benefício é pago a:

A deficiência pode ser física, mental, intelectual ou sensorial, dificultando o dia a dia do cidadão. No caso de quem pede o BPC por deficiência, é necessário passar por perícia.

Após a reforma da Previdência de 2019, o cálculo da pensão por morte mudou. Pela regra, quem fica viúvo tem direito de receber 50% do benefício do segurado que morreu, caso estivesse aposentado, ou da aposentadoria por invalidez a que o segurado teria direito, mais 10% a cada dependente, até o limite de 100%.

Uma viúva sem filhos, por exemplo, é considerada dependente do segurado e, por isso, recebe um valor mínimo de 60% sobre a aposentadoria do segurado que morreu ou de sua aposentadoria por invalidez,

para mortes a partir de novembro de 2019, quando a reforma passou a valer.

A regra foi questionada pela Contar (Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais) no STF (Supremo Tribunal Federal), na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 7.051. O STF decidiu que o cálculo que reduz a pensão é constitucional.

Segurados que vivam em união estável precisam comprovar a união mínima de dois anos, com documentos que provem a vida em comum. O principal deles é a certidão de união estável.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/conselho-da-previdencia-fara-mutirao-para-julgar-bpc-e-pensao-do-inss.shtml>

Deteriorada após reforma, Previdência é a 65a pior entre 75 países

Mesmo com a reforma feita em 2019, o regime previdenciário brasileiro vem apresentando deterioração e aparece entre os menos sustentáveis entre 75 economias estudadas pelo Grupo Allianz. No ranking, o país está em 65o lugar.

Essa é uma demonstração de que o Brasil, assim como outras nações, não está preparado para lidar com o impacto do envelhecimento da população e do crescimento aquém do desejável da taxa de fecundidade nas contas públicas, o que poderá exigir novos ajustes nas regras de concessão de aposentadorias e pensões.

A segunda edição do Relatório Global Previdenciário 2023 aponta ainda que a covid-19 levou a um declínio da expectativa de vida em muitos países. No entanto, foi apenas uma interrupção a curto prazo da tendência inalterada e acelerada do envelhecimento da sociedade.

Para analisar a sustentabilidade e adequação dos sistemas previdenciários globais, o Grupo Allianz utilizou um índice próprio (Allianz Pension Index - API) que consiste em três pilares: análise das condições demográficas e fiscais básicas; determinação da sustentabilidade e adequação do sistema previdenciário. São considerados um total de 40 parâmetros, com valores que variam de 1 (muito bom) a 7 (muito ruim).

O Brasil, por exemplo, obteve a pontuação de 4,3 neste ano ante 4,0 em 2020, caindo da 43a posição em sustentabilidade, o que já não era uma situação confortável, para 65a em uma lista de 75 economias. O país ficou à frente apenas de Romênia, Tunísia, Emirados Árabes, Laos, Uzbequistão, Arábia Saudita, Marrocos, Líbano e Sri Lanka. A Dinamarca liderou o ranking dos regimes mais sustentáveis, seguida por Holanda, Suécia, Nova Zelândia e Estados Unidos.

A nota média dos países (3,6) foi considerada pouco satisfatória, apesar de ligeira melhora em relação a 2020 (3,9), porque reforça o diagnóstico de que "a maioria dos sistemas previdenciários dão grande ênfase para o bem-estar da atual geração de pensionistas do que com as futuras gerações de pagantes de contribuições". Ou seja, as contribuições serão insuficientes para bancar as aposentadorias e pensões no futuro. Com isso, a tendência é de que

cresça o debate em torno de uma nova reforma dado que o espaço fiscal dos países diminuiu ainda mais, depois da pandemia, da guerra da Ucrânia e da crise energética.

De acordo com o relatório do Grupo Allianz, apenas França e China conseguiram melhorar significativamente a pontuação por meio de reformas. Os poucos países que estão em uma boa situação atualmente são Dinamarca, Holanda e Suécia, pois, de acordo com o levantamento, "traçaram o caminho para a sustentabilidade muito cedo, época em que a bomba demográfica ainda marchava silenciosamente".

Especificamente sobre o Brasil, o estudo mostra que o aumento da idade de aposentadoria ajudou a melhorar a sustentabilidade, porém, o sistema previdenciário continua entre os mais generosos do mundo. A avaliação é de que a sustentabilidade do sistema previdenciário, a longo prazo, é "questionável", devido à limitada margem de manobra financeira e à combinação de taxas de contribuição já elevadas e uma parcela alta de gastos públicos com os idosos - mesmo o Brasil tendo uma população ainda relativamente jovem.

O Censo de 2022, divulgado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), só reforça os desafios de financiamento.

Isso porque, a população está crescendo num ritmo menor do que se projetava. Como o regime previdenciário é de repartição simples, ou seja, atuais aposentados são bancados pelos trabalhadores da ativa, a conta tende a ficar ainda mais desequilibrada no futuro, exigindo mais recursos públicos para poder conter o já elevado déficit da Previdência.

"O declínio do crescimento da população não vem como uma surpresa. A fertilidade no Brasil está caindo há décadas. A tendência é difícil de reverter - assim como em muitos países desenvolvidos na Ásia e na Europa têm experimentado, apesar dos gastos bilionários em políticas familiares", informou a chefe de Pesquisa de Seguros, Riqueza e Tendências do Grupo Allianz, Arne Holzhausen, por meio de assessoria de imprensa.

O estudo ressalta também que, diante do fato de que o panorama demográfico está mudando rapidamente, a

taxa de dependência dos idosos deverá mais do que duplicar para 34,7% até 2050, aumentando a importância da cobertura do sistema de aposentadoria. Uma condição necessária para atingir esse objetivo será a redução do trabalho informal. Além disso, o acesso a serviços financeiros e à educação financeira precisam melhorar ainda mais, já que a previdência privada deve ganhar importância diante da perspectiva, a longo prazo, de que as reduções no nível de benefícios do sistema público podem se tornar necessárias para manter sua sustentabilidade.

Para Arne Holzhausen, há dois ingredientes para um mercado de trabalho competitivo: crescimento e educação. "Como estamos à beira de amplas transformações na economia mundial, o Brasil tem uma janela de oportunidade para desempenhar um papel mais importante no futuro, econômica e politicamente. No que diz respeito à educação, a digitalização e, em particular, a IA oferecem novas maneiras de alcançar mais e mais pessoas, equipando-as com as habilidades necessárias para lutar na nova economia", destacou.

O especialista em Previdência Luis Eduardo Afonso, professor associado da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP), concorda com a necessidade de se discutir uma nova reforma da Previdência nos próximos anos, o que poderá acontecer no mandato do próximo presidente da República. Isto porque a tendência é de aumento sucessivos dos déficits do sistema.

"A gente vai precisar no próximo mandato de algum tipo de ajuste por vários motivos. Primeiro porque toda política pública tem que ser alvo de permanente avaliação", explicou o professor da FEA/USP. Segundo ele, a projeção é de que o déficit do Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS), por exemplo, salte dos atuais 2,5% do **PIB** para 6,7% do **PIB** em 2060.

Por outro lado, Afonso ressalta que estudos como o do Grupo Allianz são importantes para o debate, mas devem ser vistos com cautela. Isso porque cada país tem suas especificidades, o que muitas não vezes não são captadas em levantamentos que tentam comparar diferentes regimes previdenciários. "É preciso olhar com cautela a construção desse tipo de índice [elaborado pelo Grupo Allianz]. É importante, mas tem muita simplificação.

Outros pesquisadores poderiam chegar a resultados diferentes", ressaltou.

O especialista em políticas públicas e gestão governamental Rogério Nagamine Costanzi também acredita ser inevitável discutir mudanças na

Previdência a partir de 2027. Entre as justificativas, estão os dados do Censo de 2022 que parecem indicar queda da fecundidade maior que esperada (embora o IBGE não tenha aberto o dado por idade ou faixa etária), tendo em vista a população menor que a estimada inicialmente e forte queda na taxa de crescimento populacional.

Além disso, a reforma da Previdência feita em 2019 deixou de fora alguns pontos fundamentais como os Estados e municípios.

Também não foram feitas mudanças no MEI (Microempreendedor Individual), cuja despesa vem crescendo de forma expressiva porque as contribuições são insuficientes para cobrir o pagamento dos benefícios no futuro.

Nagamine citou que os riscos judiciais e a chamada revisão da vida toda também devem pressionar por novas mudanças no regime. Ele destacou que algumas medidas como aprovação da aposentadoria especial dos agentes comunitários de saúde são vistas como contrarreforma pois, além de criar exceções à regra, estimulam outras ocupações a solicitarem o mesmo benefício.

Procurado, o Ministério da **Previdência Social** informou que não comenta estudo que não recebeu formalmente.

A fertilidade no Brasil está caindo há décadas. A tendência é difícil de reverter" Arne Holzhausen

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187606?page=1§ion=1>

Parcela do Bolsa Família de julho começa a ser paga

A Caixa Econômica Federal iniciou ontem o pagamento da parcela de julho do novo Bolsa Família para os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 1.

Moradores de 107 municípios do Rio Grande do Sul, Alagoas e Pernambuco, afetados por calamidades públicas, também receberam o pagamento, independentemente do NIS. O governo unificou o pagamento no primeiro dia do programa por causa do ciclone extratropical que atingiu 60 municípios gaúchos e pelas chuvas que afetaram 32 municípios de Alagoas e 15 de Pernambuco.

E a segunda parcela com o novo adicional de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos de idade. Desde março, o Bolsa Família paga outro adicional, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos de idade. Dessa forma, o valor total do benefício poderá chegar a R\$ 900 para quem cumpre os requisitos para receber os dois adicionais.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 684,17. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,9 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14 bilhões.

Neste mês, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 341 mil famílias foram canceladas do programa por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes à renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 300 mil famílias foram incluídas no programa em julho. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício. Desde março, mais de 1,3 milhão de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

REGRA DE PROTEÇÃO Quase 2,2 milhões de famílias estão na regra de proteção em julho. Em vigor desde o mês passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo.

Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 378,91. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, do total de famílias na regra de proteção, 1,46 milhão de famílias foram incluídas neste mês por causa da integração de dados do Bolsa Família com o CNIS.

REESTRUTURAÇÃO Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes. Segundo o balanço mais recente, divulgado em abril, cerca de 3 milhões de indivíduos com inconsistências no cadastro tiveram o benefício cortado.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-07-19>

Governo anuncia 2.480 novas vagas em concursos públicos

Lucas Marchesini

O governo federal anunciou nesta terça-feira (18) a abertura de novos concursos públicos para órgãos federais e a contratação de candidatos aprovados em seleções já realizadas. Segundo a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, serão 3.026 vagas em 20 órgãos com custo de R\$ 1,15 bilhão.

Desse total, 2.480 vagas virão de novos concursos e 546 serão nomeações de seleções já realizadas. Os salários de entrada das novas vagas vão de cerca de R\$ 6.000 a R\$ 21 mil.

Ao todo, 20 órgãos poderão realizar novos concursos. Estão entre eles, agências reguladoras, Tesouro Nacional, CVM (Comissão de Valores Mobiliários), Banco Central e Ministério da Justiça. Também serão abertas vagas em duas carreiras transversais.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é o órgão que lidera a lista em quantidade de vagas: 895. O órgão informou que, assim que a publicação da autorização das vagas for efetivada pelo governo, com a distribuição de cargos, fará a definição destas vagas por área de conhecimento e por localidade.

Essa é o segundo anúncio de concursos feito por Dweck em cerca de um mês. Em junho ela já tinha divulgado a autorização para 4.400 novas vagas em 20 órgãos. Com os números revelados nesta terça, o governo do presidente Lula (PT) já autorizou 9.900 vagas desde o início do ano.

O preenchimento de vagas no serviço público é uma promessa do presidente, defensor da medida para repor cargos e suprir carências resultantes da falta de contratação nos últimos anos. Em abril, o petista afirmou que é preciso "ter gente atrás do balcão".

Na entrevista para divulgar os novos concursos em junho, Dweck foi interrompida por uma ligação de Lula que, segundo ela, foi "um puxãozinho de orelha básico" devido à ausência de vagas para duas áreas: políticas sociais e meio ambiente.

As áreas foram contempladas nessa nova rodada. O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o ICMBio (Instituto

Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), por exemplo, tiveram autorização para nomear pessoas classificadas no último concurso.

A retomada das nomeações reverte a tendência de encolhimento no contingente de servidores ativos observada nos últimos anos, diante de uma política de contenção de gastos. A medida, defendida pelo governo Jair Bolsonaro (PL), foi criticada por uma parcela de especialistas e da sociedade que viram precarização da prestação de serviços.

"O governo anterior se orgulhava da queda de servidores e na nossa visão foi além do razoável. Está muito inferior ao necessário para prestar serviços para a população", avaliou Dweck.

A ministra também anunciou a transformação de 13,4 mil vagas de ensino médio em 8.900 cargos com exigência de nível superior e postos para concursados em cargos comissionados. Nesse caso, não há impacto orçamentário, já que elas não serão providas imediatamente.

As vagas comissionadas serão criadas nos ministérios da Fazenda e da Saúde. Já a transformação de vagas de ensino médio em nível superior contemplará órgãos como o Ibama e a Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

A medida é necessária, disse Dweck, porque muitos órgãos não têm mais espaço em seu quadro de vagas para posições que exigem ensino superior.

A transformação será feita na mesma MP (medida provisória) que contemplará o aumento de 9% para as forças de segurança do Distrito Federal.

Colaborou Leonardo Vieceli, do Rio

Os novos concursos autorizados

ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico)

40 vagas

Anac (Agência Nacional de Aviação Civil)

70 vagas

Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações)

50 vagas

Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica)

40 vagas

ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar)

35 vagas

Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários)

30 vagas

ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres)

50 vagas

Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) 50
vagas

Banco Central 100 vagas

CVM (Comissão de Valores Mobiliários)

60 vagas

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

895 vagas

Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

80 vagas

MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria,
Comércio e Serviços)

50 vagas

Ministério da Fazenda 40 vagas

MG I (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços
Públicos)

650 vagas

Ministério da Justiça e Segurança Pública 100 vagas

Ministério do Planejamento e Orçamento 100 vagas

Previc (Superintendência Nacional de **Previdência
Complementar**)

40 vagas

R\$ 1,15 bilhão é o custo total das contratações

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50342&anchor=6480451&maxTouch=0&_ga=2.68153809.1790081957.1689562764-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=d85383436202383fdd279757e44929ba

As mulheres na economia (Artigo)

CAROLINA GILBERTI

A nova economia é feminina, ou pelo menos deveria ser, já que as mulheres representam grande parte da força de trabalho no mundo e estão ocupando setores que antes eram exclusivos dos homens. Entretanto, a desigualdade de gênero ainda é uma realidade no ambiente corporativo. Segundo pesquisa de 2020, da Bloomberg Economics, se as oportunidades de trabalho e educação disponíveis para as mulheres se equiparassem com as dos homens, isso resultaria em um acréscimo aproximado de 20 trilhões de dólares ao **PIB** global até 2050. A questão de igualdade de gênero deve ser encarada como um desafio para todos: sociedade, lideranças corporativas e gestores públicos.

Veja cinco estratégias para tornar o futuro melhor para as mulheres!

1 - Incentivar a participação feminina no ambiente corporativo e principalmente em cargos de liderança - É necessário que as empresas tenham um olhar atento sobre a participação feminina. Os gestores e CEOs podem dar preferência para contratar mulheres para os postos de trabalho, principalmente, em cargos de liderança. Isso porque ter mulheres nos times profissionais é mais do que uma questão de garantir igualdade de gênero, é vantajoso economicamente para as corporações. Segundo uma pesquisa recente da McKinsey, que entrevistou mais de mil empresas em 12 países, empresas com maior diversidade de gênero têm 21% a mais de chance de alcançar resultados acima da média do que empresas com menos diversidade

2 - Lutar por políticas públicas que defendam os direitos das mulheres - Entender que o problema da equidade de gênero é uma questão de todos nós como sociedade é o primeiro passo para lutar por um mundo mais justo, pois quando existem barreiras à educação e ao emprego das mulheres, todos pagam a conta. É necessário que as empresas apoiem políticas públicas que assegurem verdadeiramente os direitos das mulheres, já que as grandes companhias têm bastante influência entre os legisladores do país.

3 - Possibilitar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal

- As empresas já descobriram que na equação do crescimento econômico, o capital humano é um fator essencial. As mulheres são parte importante dessa

fatia e é imprescindível tornar o ambiente mais saudável para que elas permaneçam no mercado de trabalho sem precisar sacrificar a vida pessoal. Assim, as empresas precisam pensar em políticas como jornadas flexíveis de trabalho, benefícios exclusivos para mães e cuidadoras, licença maternidade adequada, e ações que envolvam a pauta da parentalidade, dentre outras

4 - Garantir equidade de cargos e salários - De nada adianta contratar mulheres ou colocá-las em cargos de liderança se os salários forem inferiores ao dos homens ocupando a mesma função. A empresa deve manter uma equidade de cargos e salários e adotar política de transferência de rendimentos, na qual os colaboradores têm acesso aos salários estipulados para os seus cargos, independente de gênero.

5 - Gestão humanizada é o futuro e as mulheres estão à frente da mudança - As mulheres não estão apenas participando da mudança no mercado de trabalho, elas são a mudança. O mundo corporativo como conhecemos, pautado por valores como competição, hierarquia, ego e individualismo está dando lugar a uma nova era, uma economia com as mulheres também no poder. Os novos valores praticados no ambiente de trabalho são entendidos como socialmente mais femininos e são implementados por, não somente lideranças de mulheres, como também diversas, como a colaboração, empatia, cuidado e um olhar para as questões de sustentabilidade ambiental e saúde mental.

* CEO da Mubius Womentech

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Regulamentação de reforma ocorrerá em 2024

A regulamentação da primeira fase da **reforma tributária**, que simplifica os **impostos** sobre o consumo, ficará para 2024, disse o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Em evento virtual para um banco, ele adiantou que, a princípio, estão previstos quatro projetos de lei complementar.

Segundo Appy, o primeiro projeto detalhará as regras do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual. O segundo criará e regulamentará o Conselho Federativo. O terceiro tratará do Fundo de Desenvolvimento Regional. O último trará regras para os créditos acumulados de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que desaparecerá para dar lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

"A princípio, são essas quatro leis complementares. Não temos uma data definida, mas estamos trabalhando com a ideia de mandar ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa do ano que vem, no começo de fevereiro de 2024", declarou o secretário.

Appy disse que o governo quer construir os projetos em parceria com os estados e os municípios, e que os governos locais terão alguns espaços de autonomia, como no caso da alíquota do IBS, tributo de responsabilidade dos governos estaduais e das prefeituras.

De acordo com o secretário, os governos locais poderão estabelecer as alíquotas do IBS, mais altas ou mais baixas, por lei complementar. No entanto, se nada for feito, prevalecerá a alíquota de referência definida nacionalmente. "Se não fizerem nada, valerá a de referência", disse.

Em relação ao Conselho Federativo, Appy explicou que o órgão, que definirá as políticas fiscais e tributárias dos governos locais por maioria de votos e por maioria de população nos estados e nos municípios, será um órgão técnico, sem poder político. O secretário também informou que a lei complementar terá uma fórmula de distribuição para repartir os recursos do IBS aos governos locais.

Sobre os créditos acumulados de ICMS, um dos passivos que a **reforma tributária** terá de resolver,

Appy disse que o pagamento pelos estados às empresas com direito a recebê-los estará garantido por 240 meses (20 anos). Por meio dos créditos tributários, uma empresa pode obter descontos no pagamento de **tributos** ou ser reembolsada por causa de **tributos** cobrados a mais ao longo da cadeia produtiva.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=129379#page/1>

Mais de 40 pontos da reforma dependerão de regulação por lei

Beatriz Olivon, Lu Aiko Otta, Jessica Sant'Ana e Marcelo Ribeiro De Brasília

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** aprovada na Câmara dos Deputados traz pelo menos 46 pontos a serem regulados por lei complementar.

É o que mostra levantamento realizado pelo escritório Mattos Filho. Todo esse detalhamento deverá ser distribuído em quatro proposições, a serem encaminhadas pelo governo ao Congresso Nacional em fevereiro, com o início do ano no Legislativo.

Esses projetos de lei tratarão de temas polêmicos, como o critério de distribuição entre os Estados dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e como funcionarão os regimes específicos de tributação.

Um deles será mais abrangente, segundo apurou o Valor, abordando o Imposto (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência, respectivamente, dos Estados e municípios e da União.

A ideia é que as normas gerais sejam idênticas nos dois **tributos**, para regimes diferenciados (serviços financeiros, imobiliários e combustíveis) e para os setores beneficiados com alíquota reduzida a 40% da tributação padrão.

As normas serão iguais também para as imunidades - como a dos livros, que hoje só alcança **impostos**. A proposta em elaboração garantirá que o tratamento diferenciado seja estendido à CBS.

A mesma lei também tratará do cálculo dos novos **tributos**. A fórmula poderá ser incluída no texto, informa fonte, para dar mais segurança jurídica aos entes. Com base nela, a alíquota padrão do IBS será calculada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e fixada por meio de Resolução do Senado. A ideia é manter o nível atual de arrecadação.

Essa lei complementar poderá ainda tratar do "cashback" (devolução de imposto), de definições sobre o que deve ser classificado como serviço, ou ainda trazer detalhes sobre como funcionará o princípio do destino e também quem são os

contribuintes da nova tributação.

Um segundo projeto de lei complementar detalhará o critério de distribuição de recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional de R\$ 40 bilhões, destinado a fortalecer a infraestrutura, a geração de empregos e estimular a inovação tecnológica.

Há uma divisão entre os governadores se essa partilha deverá favorecer apenas os Estados menos desenvolvidos do ponto de vista econômico ou se a população deve ser levada em conta, para favorecer também o Sul e o Sudeste.

O Conselho Federativo, que foi alvo da resistência de alguns governadores antes da votação da PEC na Câmara dos Deputados, constará de outro projeto de lei complementar.

A proposta vai tratar de temas como a integração dos Fiscos de Estados e municípios, como será realizado o repasse de recursos do IBS aos entes subnacionais, entre outros.

Haverá ainda uma lei que regulamentará o Imposto Seletivo.

Ela definirá quais produtos serão atingidos por essa taxa, direcionada a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Um quarto projeto de lei complementar vai estabelecer como serão devolvidos os créditos do ICMS - que será extinto na reforma. A PEC já diz que a devolução ocorrerá no prazo de 240 meses. Isso garante que o contribuinte receberá seus créditos, ainda que nesse prazo, o que, na visão de técnicos, representa uma situação melhor do que a ausência de perspectiva que existe hoje.

Os créditos das contribuições PIS/Cofins, por sua vez, poderão ter sua devolução disciplinada em uma lei ordinária, segundo informou um técnico. A PEC menciona um prazo de 60 dias para devolução de créditos desses **tributos** durante a fase de testes da reforma. Em 2024, a CBS (que substituirá o PIS/Cofins) começará a operar com uma alíquota experimental de 0,9%, cujos recolhimentos poderão ser deduzidos do PIS. Não havendo saldo suficiente, ocorreria essa devolução.

Não está definido o que ocorrerá com os regimes especiais do PIS/Cofins. Há preocupação do setor de óleo e gás, por exemplo, com o destino do Repetro.

O governo, porém, não descarta a ideia de aglutinar projetos de leis complementares para enviá-los ao Congresso ou incluir novos temas que precisem de regulamentação nos textos em construção. Toda essa estratégia ainda está em debate, e o Congresso será escutado.

Fontes do Congresso ouvidas pelo Valor indicam que está pacificada a questão de que tudo só será encaminhado depois da votação da PEC nas duas Casas, o que, no pior cenário, deve acontecer até o fim do ano. Isso incluiria até mesmo o projeto que estabelecerá mudanças nas regras da tributação sobre a renda, diferentemente da expectativa - o líder do governo no Congresso chegou a afirmar que essa matéria seria encaminhada em agosto.

As fontes, tanto do Planalto quanto do Congresso, pontuaram que, mesmo que esse combo de projetos fique só para o ano que vem, não significaria que teremos um segundo semestre com esses temas completamente escanteados. A ideia é fazer com que o debate em torno deles seja feito nos bastidores com o objetivo de sanar dúvidas dos parlamentares sobre os próximos passos a ponto de dar a eles tranquilidade para votar a PEC com mais celeridade.

Do ponto de vista do governo, a quantidade de pontos a serem tratados em leis complementares é consequência de uma decisão de evitar detalhamento excessivo das regras tributárias no texto constitucional.

Esse, porém, é um ponto de debate entre especialistas.

"Há discussão sobre o que já deveria estar [na reforma] e o que poderia ser delegado para lei complementar, exatamente porque o nosso histórico é de que muitas situações que ficam para normas posteriores acabam não acontecendo no futuro da forma esperada", afirma Renata Cubas, sócia do Mattos Filho. Para a advogada, jogar para o futuro sem previsão constitucional pode deixar brecha para litígios.

Eurico Diniz De Santi, sócio e diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), lembra, porém, que em outros países as Constituições não detalham tanto as questões tributárias.

"A Constituição atual tem mais de seis mil palavras sobre tributário. Isso só faz crescer o contencioso por

que todo assunto vai parar no Supremo Tribunal Federal", afirma. "O papel da Constituição é oferecer conceitos e não detalhar." Para Douglas Mota, sócio do Demarest Advogados, o texto da PEC é muito enxuto, restritivo, buscando uma simplificação "interessante, mas pouco atrativa para a realidade do Brasil". A discussão de leis complementares, acrescenta, abre espaço para discussões conceituais "que muitas vezes levam a restrições que não se esperava".

Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados, entende que a Constituição poderia ser mais sucinta, "mas é compreensível a vontade dos tributaristas de esclarecer todos os assuntos por escrito e, de preferência, na Constituição".

"Sabemos que a administração e o próprio Legislativo nem sempre respeitam o que foi definido soberanamente", afirma ele, acrescentando ser necessária uma mudança cultural, de valorizar a exposição de motivos da PEC na interpretação futura da norma tributária.

De acordo com Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional, que representa os auditores fiscais, a Constituição deve estabelecer as linhas gerais e, por isso, seria de se esperar que muitas questões fossem resolvidas na legislação complementar e ordinária. "O importante é, no momento dessa regulamentação, fazê-la de forma precisa, com a participação de técnicos para municiar os parlamentares com conhecimento daquilo que pode levar a litígios."

"Em outros países, as Constituições não detalham tanto as questões tributárias" Eurico D. De Santi

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187606>

Setores vão ampliar pressão por mais exceções durante votação no Senado

BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Depois das concessões feitas na Câmara, os senadores vão enfrentar pressão redobrada para aumentar ainda mais a lista de exceções ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA), previsto no projeto de **reforma tributária** para substituir os atuais **tributos** sobre o consumo de bens e serviços. Bares, supermercados, comércio e setores ligados à cadeia de energia elétrica já sinalizaram que vão apresentar seus pleitos após o recesso parlamentar, que termina em agosto.

A exemplo de outros setores, eles querem ter direito a alíquotas diferenciadas.

As demandas se multiplicam em meio às dúvidas sobre qual será, afinal, a alíquota-padrão a ser recolhida aos cofres públicos. Especialistas alertam que, quanto maior o número de exceções, maior deverá ser o percentual da alíquota - antes estimada em 25% pelo Ministério da Fazenda.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) prepara uma nova rodada de pressão para tentar emplacar desta vez o que intitulou de "emenda-emprego" ainda durante a tramitação na Câmara. Incentivados pela entidade, deputados tentaram alterar o texto da reforma para prever alíquotas decrescentes do novo imposto para atividades que tenham mais gastos com mão de obra.

"Houve discussões importantes na Câmara, como a da não cumulatividade plena (fim da tributação em cascata) e do Conselho Federativo, que tomaram a atenção na reta final. Agora, com mais tempo, teremos chance de trabalhar a "emenda-emprego" no Senado", diz Guilherme Mercês, diretor de Economia e Inovação da CNC, acrescentando ver mais simpatia ao tema entre senadores.

Já o segmento de bares se ressentiu da falta de menção explícita no capítulo que garantiu a tributação em regime diferenciado a restaurantes. Segundo Fernando Blower, diretor da Associação Nacional de Restaurantes (ANR), os dois setores costumam ter tratamento tributário semelhante, até pela dificuldade em separar as duas atividades.

Cafés e lanchonetes também têm códigos de

identificação na **Receita Federal** diferenciados e vivem a mesma incerteza.

Em outra frente, os supermercados querem aproveitar o debate no Senado para ampliar as discussões sobre a composição da cesta básica nacional, que terá imposto zero. A Abras, associação que representa o setor, divulgou uma lista inicial com 37 itens, mas ainda vai dialogar com os Estados para avaliar a possibilidade de ampliação.

Essa cesta preliminar inclui, além de alimentos, seis produtos de higiene pessoal (os quais, pelo texto atual, contam apenas com alíquota reduzida, sem isenção total) e três itens de limpeza (que não tiveram benefícios previstos na proposta aprovada na Câmara). "Vamos levar esse debate aos senadores", disse João Galassi, presidente da Abras.

TRAVA. O relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), disse em entrevista ao Estadão que "não há dúvida" de que o texto terá de sofrer ajustes. Ele evitou antecipar os detalhes, mas sinalizou que poderia estabelecer uma trava para a alíquota-padrão do IVA no seu parecer, que deve ser entregue em outubro para análise dos senadores.

Baseado no texto aprovado pela Câmara, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou uma alíquota de 28,04% para o IVA brasileiro, que seria a maior do mundo entre os países que adotam o modelo tributário. Hoje, esse posto é ocupado pela Hungria, que cobra 27%.

Setores como hotelaria, clubes de futebol, restaurantes e até igrejas foram atendidos com pedidos específicos na reta final da votação na Câmara.

"Cada vez que se acrescenta uma exceção, isso aumenta a alíquota-padrão do IVA e reduz os efeitos econômicos da reforma", explica o técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, João Maria de Oliveira, responsável pelo levantamento.

Os números foram contestados pela equipe econômica.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Restaurantes estimam reajuste de até 20% sem tributo reduzido

Fernanda Brigatti

A unificação dos **impostos** federais (PIS e Cofins), estadual (ICMS) e municipal (ISS) prevista na **Reforma Tributária** poderá elevar o quanto os restaurantes recolhem e, com isso, os clientes poderão ter de pagar até 20% a mais, diz Roberto Bielawski, fundador e porta-voz da ANR (Associação Nacional de Restaurantes).

Simulações feitas pela entidade indicam que o imposto final da atividade -desde a compra de cada um dos ingredientes, produção, até o fornecimento da refeição pronta- ficaria entre 14% e 15%. Atualmente, essa carga tributária varia de 7% a 8%, segundo o setor.

Com uma rentabilidade média na ordem de 10%, a mudança na cobrança de **impostos**, diz a ANR, praticamente eliminaria o lucro desses negócios. Para sobreviver, afirma Bielawski, haveria a necessidade de reajustar os preços entre 15% e 20% para fazer frente ao aumento.

Um segundo efeito, na avaliação da ANR, seria um estímulo duplamente negativo, primeiro à sonegação de **impostos**, e, segundo, de contenção de crescimento.

"Há empresas que estão no Simples [Nacional, regime simplificado de recolhimento de **tributos** para micro e pequenas empresas]. Você vai acabar tendo um incentivo enorme para que o setor não se capitalize, não cresça. Ou, pior ainda, vai ter sonegação, como existia antes."

Os restaurantes se alinham ao setor hoteleiro na demanda pela manutenção de um regime diferenciado de tributação.

Na reta final da tramitação da PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma na Câmara dos Deputados, esses serviços conseguiram entrar em um lista de atividades que poderão ter alíquotas distintas e regras próprias para abatimento de créditos tributários. Os detalhes ainda dependeriam de lei complementar.

Eduardo Braga (MDB), relator do texto no Senado, disse considerar estranhas algumas exceções incluídas no texto da Câmara na última hora. "Faz sentido a exceção para bares? Não sei. Olhando

assim, a princípio, é estranho", disse, no dia 11, à Folha.

A preocupação do setor de restaurantes é estar incluído entre aqueles considerados estranhos pelo relator.

Sócio-fundador do grupo Ráseal, atualmente dono de 20 restaurantes e seis marcas, Roberto Bielawski diz que está perto da aposentadoria. "Mas estou vendo que os que continuarem terão grandes dificuldades", afirma.

Bielawski defende que o tratamento dispensado aos restaurantes e aos hotéis na **Reforma Tributária** ignora que de 25% a 30% do custo dessas atividades vem dos gastos com mão de obra. A ANR calcula que somente em restaurantes estejam empregados diretamente 1,3 milhão de trabalhadores.

Com a retomada da discussão do texto no Senado, restaurantes e hotéis deverão voltar a pressionar para manter a previsão de regime diferenciado de tributação.

Um dos argumentos do grupo é que o modelo europeu de IVA, inspiração para o novo imposto dual da **Reforma Tributária**, garante tratamento diferenciado ao setor, de modo que os restaurantes pagam uma alíquota menor, junto de outros segmentos.

Segundo dados compilados pela ANR, em ao menos 13 países o imposto cobrado para alimentação, bares, restaurantes e fornecimento de comida para viagem (o takeaway) é menor do que o índice-padrão. Em média, a alíquota paga pelos restaurantes fica entre 10% e 15%.

"Tivemos um trabalho árduo na Câmara para mostrar que, mesmo na Europa, o tratamento é diferente, e conseguimos sensibilizar. Agora é uma nova batalha, vamos levar os dados, procurar o relator e o ministro do Turismo para mostrar que essa etapa também precisa ser muito cuidadosa", diz Bielawski.

Haddad muda data de projeto do IR e vê envio no fim do ano

Depois de prever a apresentação da reforma do Imposto de Renda para agosto, o ministro da Fazenda,

Fernando Haddad, disse nesta terça-feira (18) que o governo enviará o projeto ao Congresso apenas após a aprovação da **Reforma Tributária**, prevendo a edição da medida no final deste ano.

**1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd
=d85383436202383fdd279757e44929ba**

Em entrevista à Folha, Haddad disse prever resistência às mudanças, mas que os dados preparados pelo governo mostrarão a necessidade de mexer nas regras de tributação de patrimônio e renda.

O ministro também mudou de posição ao dizer que não conta com a reforma do Imposto de Renda para cumprir o objetivo de zerar o déficit primário do governo em 2024.

Na semana passada, Haddad havia afirmado que o governo federal não aguardaria o fim da tramitação da **Reforma Tributária**, que ainda depende de análise do Senado, para enviar aos parlamentares a segunda fase da reforma, que tratará da taxaçoão sobre a renda.

Na ocasião, ele afirmou que a medida seria enviada junto ao projeto de Orçamento de 2024, que chegará ao Legislativo no fim de agosto.

Na mesma entrevista da semana passada, ele havia argumentado que a segunda fase precisaria ser apreciada pelo Congresso junto com o Orçamento para garantir que as metas estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal fossem cumpridas. As duas posições agora mudaram.

"Só [enviaremos] depois da aprovação da reforma da tributação do consumo, lá para o final do ano", disse Haddad. "Não estamos contando com isso para cumprir meta [zero em 2024]."

Quando lhe foi perguntado sobre os principais eixos da segunda fase da reforma, o ministro disse que ainda serão iniciadas "as discussões internas" sobre o tema na Fazenda.

Governo planeja propor até agosto nova tributação para fundos exclusivos, diz agência

O governo quer propor até o próximo mês mudanças na tributação sobre rendimentos de fundos exclusivos de investimento e o fim da distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP) por empresas, afirmaram à Reuters três fontes da equipe econômica. Os planos da Fazenda envolvem o envio antecipado de medidas consideradas cruciais para o atingimento da meta de déficit primário zero em 2024.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50342&anchor=6480451&maxTouch=0&_ga=2.68153809.1790081957.1689562764-

"Tributo sobre exportações vai gerar nova guerra fiscal"

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

ENTREVISTA: Welber Barral, Ph.D. em Direito Internacional, é sócio da consultoria BMJ e foi secretário de Comércio Exterior do Brasil (entre 2007 e 2011)

Ex-secretário de Comércio Exterior do Brasil, o consultor Welber Barral vê com preocupação a possibilidade de tributação das exportações pelos Estados, incluída no texto da **reforma tributária** aprovado na Câmara dos Deputados.

Barral alerta que, se os governos estaduais passarem a tributar as exportações de produtos básicos e semielaborados, uma nova guerra fiscal estará instalada no País.

"Vai acontecer o que ocorreu na Argentina. Não vai ter investimentos nos setores exportadores.

Ou vai ter outra guerra fiscal, porque os exportadores vão para os Estados que não tributam", prevê Barral, sócio da BMJ, consultoria de comércio internacional.

Ele afirma ainda que falta definição na proposta sobre o futuro do sistema de drawback.

Por esse regime especial de tributação, o pagamento de **impostos** nas importações de insumos para produtos que serão exportados é suspenso.

Qual a sua avaliação do texto aprovado na Câmara da **reforma tributária** sob a ótica do comércio exterior?

Como análise geral, a reforma é muito importante. O Brasil precisa de uma **reforma tributária** porque o sistema, como é hoje, é inadministrável em razão do grau de insegurança jurídica, do número de **tributos** e da complexidade.

É muito difícil pensar em fazer um sistema pior do que o que existe, porque ele é horrível. O comércio exterior normalmente não é o ponto principal olhado em reformas econômicas no Brasil. A economia brasileira é muito voltada para o mercado interno.

Quais temas na reforma causam preocupação?

A reforma prevê o fim de alguns regimes especiais.

Um deles é o drawback - 40% das exportações brasileiras de manufaturados, hoje, dependem dele.

A resposta do pessoal da **reforma tributária** é: a empresa vai ter a compensação (do crédito) em até 60 dias. Só que isso tem um efeito no fluxo de caixa da empresa. O pagamento dos **tributos** (na importação dos insumos) é suspenso pelo drawback.

Quando a empresa exporta, ela não paga os **impostos**.

Isso tem um efeito muito grande no fluxo de caixa da empresa, porque a agregação de valor é pequena. Falam que o exportador vai receber a devolução do imposto rapidamente com a reforma. Mas, se for de 60 a 90 dias, já cria um impacto gigantesco para o fluxo de caixa.

Poderia dar um exemplo?

Uma empresa do setor de cobre, por exemplo. O Brasil não tem cobre. Ela importa o cobre a R\$ 100, e o imposto incidente na importação seria mais ou menos de 40%. Ela não paga o imposto porque está importando com drawback. Depois, a empresa exporta a R\$ 110.

Com a **reforma tributária**, a empresa vai ter de pagar e, só quando ela exportar, é que vai receber de volta. É um percentual muito alto no fluxo de caixa.

Mesmo que a devolução funcione em 60 dias (prevista no texto), o que é uma questão ainda, o impacto é muito grande.

Como se resolve isso?

Mantendo o drawback. Existe uma expressão inglesa muito interessante: se não está quebrado, não conserte. O drawback é uma coisa que funciona no Brasil desde a década de 60.

Por que muita gente está quieta?

Na verdade, o que está sendo passado agora é a emenda constitucional. Quando se chegar à lei complementar, aí o diabo estará nos detalhes.

Qual o impacto para o comércio exterior do artigo que

diz que os Estados poderão criar um novo tributo sobre bens primários e semielaborados?

Isso foi uma negociação com os Estados. Foi feito um acordo lá atrás que foi a Lei Kandir (que desonerou o ICMS das exportações).

Seria a compensação que a União passaria para os Estados não cobrarem nas exportações.

E, desde o início da lei, os Estados reclamam que ela não compensa toda a arrecadação que perdem. Os Estados que são grandes exportadores de commodities tentam tributar as exportações. O Pará já tentou tributar minério. O Mato Grosso já tentou tributar carne.

As empresas vão para a Justiça e derrubam.

Mas é justamente para isso que negociaram a emenda que abre brecha para a tributação.

Querem fazer o que os argentinos fizeram.

E é uma má decisão. Tem casos em que se justifica tributar as exportações. Se os Estados tributarem as exportações, vai acontecer o que ocorreu na Argentina.

Não vai ter investimentos nos setores exportadores.

Ou vai ter outra guerra fiscal, porque os exportadores vão para os Estados que não tributam.

Em que momento justifica tributar exportação?

Situações muito particulares.

O que a teoria econômica diz é que se tributa quando tem altas muito grandes do preço de commodities e quando você faz preço mundial.

Qual é o problema de tributação de exportações?

Além de o produto ficar menos competitivo no mercado mundial, esse tributo volta na cadeia produtiva. Ele é regressivo.

O produtor é que acaba pagando o tributo. Não tem lógica os Estados tributarem as exportações. A única possibilidade, que já está na Constituição, de tributar a exportação seria pela União e, mesmo assim, em situações muito particulares.

De que forma haverá uma guerra fiscal?

Imagina se você é um produtor de gado em Mato Grosso e o Estado coloca alguma tributação sobre a

exportação de carne in natura. O que você vai fazer é exportar esse boi para São Paulo, ou para Santa Catarina, para ter a compensação do imposto interestadual, e não ter o tributo sobre a exportação.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Os alertas de Fishlow e do Ipea

Deve-se ao professor americano Albert Fishlow a introdução do debate sobre a desigualdade de renda no Brasil numa época em que só se falava do "milagre". Devem-se ao Ipea décadas de estudos acadêmicos sobre a economia de Pindorama. Ambos acenderam a luz amarela para conter o triunfalismo das promessas do governo.

O Ipea apontou o risco de o Brasil vir a ter um dos maiores IVAs do mundo. A expressiva vitória obtida com a aprovação da emenda constitucional da **reforma tributária** embaçou a questão central de qualquer política do gênero. Ela apareceu com a virtude de simplificar o sistema, mas uma coisa pode ser mais simples e também mais pesada.

O ministro Fernando Haddad reconhece que "quanto mais exceções houver, menos a reforma vai funcionar". Ainda há muito chão pela frente, e as exceções já superam a prática internacional. Pelo andar da carruagem, em vez de serem reduzidas, poderão ser aumentadas.

Fishlow não tratou a **reforma tributária**, limitou-se a observar que "não é óbvio de onde virá mais investimento". De fora, "é bastante incerto". De dentro, "por algum motivo, nunca ocorre". Sua preocupação está no risco de Lula repetir uma política que já deu errado.

Já o trabalho do pesquisador João Maria Oliveira cuida da **reforma tributária** e aponta o risco de vir a ser criada uma das maiores alíquotas de IVA do mundo. O ministro Fernando Haddad respondeu ao artigo elogiando o alerta e esclarecendo que nele não foram levados em conta fatores como a redução de subsídios e a queda da sonegação. Esses fatores podem ser relevantes, mas a prática ensina que todos os ministros da Fazenda prometem reduzi-los e só um, de 50 em 50 anos, os entrega.

Do jeito que estão as coisas, pela conta de Oliveira, a alíquota do IVA pode bater a casa dos 28%, ultrapassando a Hungria, que cobra 27%. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, estima que ela fique entre 26% e 27%. Haddad promete que, com o tempo, ela pode cair abaixo de 25%.

Isso coloca Pindorama numa situação especial: discute-se uma **reforma tributária** que é boa por ser simples, mas não se sabe o real valor da alíquota que será cobrada dos contribuintes. Ela será menor se as coisas derem certo, e seu valor será definido por lei

complementar. Por enquanto, o que há na quitanda é a possibilidade de ter uma contração do **PIB** durante o mês de maio.

Os criadores de jabutis adoram questões que serão esclarecidas em leis complementares. Se numa emenda constitucional já blindaram a Zona Franca de Manaus e diversos setores da economia, o pior pode acontecer mais adiante. Gente esperta, eles elogiam a reforma, louvam os ministros e esperam a hora para dar o bote, pegando a sua parte do pirão.

O governo entrou nessa discussão prometendo taxar o capital e aliviar a tributação do consumo. Em menos de um ano, baixou o tom na discussão do que afeta o andar de cima. Além disso, encantou-se com a própria voz e com o êxito da aprovação da PEC na Câmara.

O economista José Serra resumiu os riscos do triunfalismo oficial:

- Até aqui tem-se um amontoado de lugares-comuns e assustadoras ameaças federativas e operacionais.

Site: <https://oglobo.globo.com/opiniao/elio-gaspari/coluna/2023/07/os-alertas-de-fishlow-e-do-ipea.ghtml>

Rafael Fonteles contesta Ipea sobre aumento de impostos com reforma tributária

Tarcio Cruz e Ezequiel Araujo

Tarcio Cruz e Ezequiel Araujo

Repórteres

Um estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontou, nesta semana, que o novo imposto criado com a **reforma tributária** em tramitação no Congresso Nacional pode ter alíquota padrão de 28,04%. Os dados são contestados pelo governador Rafael Fonteles (PT), que participou da elaboração da proposta já aprovada na Câmara Federal.

O chefe do Executivo piauiense defendeu que o período de transição previsto no texto da reforma é para analisar o novo imposto e evitar alíquotas que sejam sentidas do bolso do consumidor.

"Um dos princípios da reforma é manutenção da carga tributária, tanto que você vai ter um período de transição para saber como é que está esse potencial de arrecadação do novo imposto, exatamente para não correr o risco para se colocar uma alíquota que gere aumento da carga tributária", disse Fonteles.

Por outro lado, o governador comentou que o texto precisa ser melhorado com as discussões no Senado. Ele disse que irá atuar nas discussões da matéria para garantir as regiões mais pobres do país sejam mais beneficiadas com a reforma.

"É uma reforma muito bem feita, precisa só ser aperfeiçoada no Senado em relação ao Fundo de Desenvolvimento Regional, para garantir que ele seja maior e, prioritariamente, destinado as regiões menos desenvolvidas", concluiu Rafael Fonteles.

(Tarcio Cruz e Otávio Neto)

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/19-07-2023-edicao24618/>

STJ pode definir tributação de plano de opções de ações

Beatriz Olivon e Laura Ignacio De Brasília e São Paulo

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode tomar uma decisão que será um divisor de águas sobre a tributação de stock options - forma de remuneração a funcionários por meio de opções de ações da própria empresa. Os ministros analisam se vão julgar o tema com efeito de recurso repetitivo, estabelecendo uma orientação de entendimento para todas as instâncias inferiores do Judiciário.

O repetitivo trataria da natureza jurídica da opção de compra de ações da companhia, se seria remuneração do trabalho ou contrato mercantil, definindo se incide contribuição previdenciária e/ou Imposto de Renda.

A diferença na tributação é de pelo menos 30%, segundo Chede Suaiden, sócio do Bichara Advogados.

"Se é natureza mercantil, não incide contribuição previdenciária e o empregado que recebe paga apenas Imposto de Renda sobre o ganho de capital", afirma. "Mas se é remuneração, incide contribuição previdenciária e IRRF na alíquota progressiva. Além disso, no momento da venda haverá tributação do ganho de capital", acrescenta.

O STJ determinou que o Ministério Público se manifeste sobre a possibilidade de julgamento da questão por meio de repetitivo (REsp 2069644). A Corte decidiu seguir esse caminho porque o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) admitiu recursos sobre o tema como representativos da controvérsia, tentando pacificar o entendimento.

Consta da decisão do TRF-3 que a controvérsia é recorrente no tribunal, sendo ajuizada pelas companhias pagadoras bem como pelos empregados ou administradores dessas empresas, acarretando ampla discussão e divergência nas Turmas e levando a "expressivo aumento" no número de recursos ao STJ.

A partir dessa indicação, a ministra Assusete Magalhães, presidente da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas, sugeriu a análise do tema por meio de recurso repetitivo.

O STJ quase analisou a questão recentemente.

A Skanska Brasil, subsidiária de uma construtora sueca, obteve em 2013, no TRF-3, a primeira decisão preventiva favorável sobre o tema e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) recorreu à Corte superior (REsp 1737555).

Contudo, em 2021, a União pediu desistência, o que foi acolhido e transitou em julgado. Prevaleceu o entendimento do TRF-3, não configurando remuneração.

Na época, a PGFN informou que a desistência se deu após avaliação de aspectos processuais inerentes ao caso concreto, "o que não significa reconhecimento do posicionamento defendido pelo contribuinte".

Esse tema também é objeto de análise no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, que exige alguns critérios para afastar a tributação. Por lá, apesar da maior parte da jurisprudência ser favorável à União, em 2022, a Gerdau obteve a primeira decisão da Câmara Superior favorável ao contribuinte (processo nº 16682.721015/2013-46).

Segundo Luciana Ibiapina Lira Aguiar, sócia do Alma-Law Advogados, a jurisprudência da Justiça Federal sobre stock options está indo na mesma direção da esfera trabalhista, mais favorável aos contribuintes, afastando a configuração de natureza salarial.

Já no **Carf**, diz ela, as decisões continuam oscilando bastante, mas com preponderância a serem favoráveis ao Fisco.

"Um repetitivo do STJ vai ser bom pra resolver as questões que não falam de prova, mas da regra geral", afirma. "Vai ser definitivo para confirmar que esse benefício tem natureza mercantil, ou determinar que a definição vai acontecer caso a caso. Vai ser um divisor de águas." Como não há ainda legislação específica sobre stock options, diz Janaína Vanzelli, sócia da área de pessoas, tax e ESG da consultoria Cosmos Advisers, uma eventual decisão em repetitivo do STJ irá uniformizar o entendimento da Justiça Federal, trabalhista e do **Carf**. "Dará um norte para as empresas, pessoas físicas que são beneficiárias desses planos e ao próprio Fisco", afirma.

Janaína destaca que aumentou muito o número de

empresas que querem adotar um plano de opções de ações porque esse é um tipo de remuneração que tem que ser transparente, "trazendo resultado ao mesmo tempo que melhora governança, conforme as práticas ESG".

Advogados acreditam que o julgamento pode também impulsionar o Projeto de Lei (PL) nº 2724, de 2022, que pretende estabelecer o marco legal para stock options no Brasil. O PL conceitua os planos de stock options como de caráter mercantil e estabelece, entre outros, o dever de se estipular condições e prazos para o exercício da opção de compra de ações.

"Repetitivo vai ser bom para resolver as questões da regra geral" Luciana I.L. Aguiar

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187606>

Haddad prevê reforma da renda

RAFAELA GONÇALVES EDLA LULA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, que o governo federal pretende enviar apenas no final do ano o projeto de **reforma tributária** sobre renda ao Congresso Nacional. A matéria está prevista na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) - que trata da tributação sobre o consumo - foi aprovada na Câmara dos Deputados e ainda está em tramitação no Senado.

A proposição estabelece que, após 180 dias de sua promulgação, seja enviada a reforma dos **impostos** sobre a renda e o patrimônio. No entanto, vários setores da sociedade, inclusive parlamentares, têm pressionado para que a proposta seja discutida na Câmara paralelamente à votação da PEC no Senado.

O senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso, já havia anunciado que o texto seria enviado em agosto, logo após a volta do recesso dos congressistas. A expectativa do parlamentar era de que essa segunda etapa da **reforma tributária** fosse encaminhada ao Congresso junto às leis complementares que regulamentam a PEC da primeira fase.

Haddad afirmou que não vê problema em retardar o envio, porque a reforma dos **tributos** sobre a renda terá mais celeridade, pois não há necessidade de alterações constitucionais. "Nesse caso é lei ordinária, não é PEC", disse o ministro da Fazenda. A tramitação da proposta é mais lenta do que a conclusão de uma lei ordinária, e exige um maior número de votos para aprovação.

O chefe da Fazenda comentou que os estudos ainda estão incipientes, no âmbito dos técnicos da pasta, por isso não há definição sobre a taxa de lucros e dividendos das empresas, o que atualmente, não existe, assim como mudanças no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

"Vamos começar as discussões internas da Fazenda, apresentar para a área econômica, fazer o mesmo protocolo que a gente sempre faz para as coisas saírem bem feitas", disse Haddad, ao descartar a utilização de outros projetos que já estejam em tramitação no parlamento.

Segundo ele, o Executivo não está contando com eventuais recursos oriundos da reforma sobre a renda para tentar cumprir a meta de zerar o déficit das

contas do governo em 2024. O governo ainda espera reverter algumas exceções incluídas pela Câmara no texto da primeira etapa. O ministro acredita que o Senado pode deixar a primeira etapa do texto "mais redonda, sem tantas exceções", mas também reconhece que a segunda fase deve enfrentar maior resistência de agentes econômicos, pela tributação da renda.

Desoneração da folha

Fernando Haddad adiantou que a desoneração da folha de pagamento deve vir de "forma combinada" na segunda fase da reforma. Para ele, não faz sentido discutir a desoneração com a reforma que está no Senado, que trata de outro tema. "Você vai misturar assuntos muito diferentes e comprometer a reforma sobre o consumo", avaliou.

Alguns parlamentares e empresas do setor produtivo defendem que a desoneração da folha seja acrescentada na discussão da reforma o quanto antes. As frentes parlamentares do Comércio e Serviços (FCS) e do Empreendedorismo (FPE) escreveram um manifesto reivindicando que a medida caminhe junto ao texto que está no Senado.

"Entendemos que esse é o melhor momento para retirar a contribuição patronal da folha de pagamento e pensar em como financiar a Previdência. Considerando que o elevado custo de empregar no país gera desemprego e informalidade, além de desestimular o empreendedorismo e os investimentos, compreendemos que a discussão é necessária para aumentar a competitividade interna e externa e para garantir um futuro melhor para todos", diz o manifesto.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/19/all.pdf>

Fernando Haddad quer discutir desoneração da folha junto com IR

Uma eventual proposta do governo para desonerar a folha de pagamentos só deve ser enviada ao Congresso Nacional junto com a segunda fase da **reforma tributária**, que tratará sobre o Imposto de Renda (IR), disse nesta terça-feira (18) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo o ministro, não faz sentido discutir a tributação sobre o emprego na primeira fase da reforma, que muda a tributação sobre o consumo. "Ela [a desoneração da folha] deve vir combinada [com a reforma do Imposto de Renda]", declarou Haddad ao chegar ao Ministério da Fazenda, em Brasília.

O ministro alertou para o risco de incluir a discussão sobre a desoneração da folha na primeira etapa da reforma, aprovada pela Câmara dos Deputados na semana retrasada e que será encaminhada ao Senado.

"Seria muito ruim se isso acontecesse. Vai misturar assuntos muito diferentes e vai comprometer a reforma sobre o consumo", afirmou Haddad.

No mês passado, Haddad havia dito que a desoneração da folha só seria discutida na segunda fase da **reforma tributária**. De acordo com o ministro, cabe ao governo encaminhar a proposta.

No fim de junho, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, em dois turnos, a prorrogação até 2027 da desoneração da folha para 17 setores da economia. Aprovado em caráter terminativo, o texto não passou pelo plenário do Senado e foi encaminhado à Câmara dos Deputados.

PRAZO O ministro também afirmou que a proposta que reformula o Imposto de Renda só será enviada ao Congresso após o Senado aprovar a **reforma tributária** sobre o consumo.

"Só depois da aprovação da **reforma tributária** do consumo, mais para o final do ano", declarou. Haddad afirmou que não pretende aproveitar o projeto de lei do Imposto de Renda aprovado pela Câmara em 2021.

Entre as mudanças previstas no Imposto de Renda, estão a retomada da tributação sobre dividendos (parcela do lucro de uma empresa distribuída aos acionistas). Desde 1995 o Brasil não cobra Imposto de

Renda sobre dividendos, sendo um dos poucos países que adotam a prática.

Para impedir o aumento da carga tributária sobre as empresas, a tributação dos dividendos viria acompanhada da queda da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). Haddad disse que a equipe econômica ainda não tem ideia da alíquota a ser cobrada sobre os dividendos, nem da redução do IRPJ e da CSLL. "Vamos começar as discussões internas na Fazenda. Depois vamos apresentar para a área econômica, com o mesmo protocolo", explicou.

Segundo Haddad, a meta fiscal para o próximo ano não depende da reforma do Imposto de Renda.

Isso porque o objetivo da segunda fase é redistribuir a carga tributária entre os setores da economia, com impactos mínimos sobre a receita do governo.

A proposta do novo arcabouço fiscal, que retornou à Câmara e só será votada em agosto, estabelece meta de resultado primário zero (nem déficit, nem superávit) no próximo ano para o Governo Central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central).

O texto prevê margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**), o que permitiria déficit de 0,25% do **PIB** ou superávit de 0,25% em 2024

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-f437f75c80b33a3539ab8aa076e35437.pdf

Haddad volta atrás e deixa apresentação de reforma da renda "para o final do ano"

EDUARDO RODRIGUES BRÁSILIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recuou e afirmou ontem que o governo vai apresentar uma proposta de reforma da tributação sobre a renda só depois de o Congresso concluir a votação do texto que trata dos **impostos** sobre o consumo de bens e serviços.

Na semana passada, o ministro havia dito que não iria esperar a conclusão da reforma sobre o consumo - aprovada na Câmara no início do mês e que começará a tramitar no Senado em agosto, após o fim do recesso parlamentar - para enviar a proposta do governo para renda e patrimônio.

"Só depois da aprovação da **reforma tributária** do consumo, mais para o final do ano", afirmou Haddad.

A possibilidade de antecipar a segunda parte da reforma foi levantada pelo ministro durante entrevista ao podcast O Assunto, da jornalista Natuza Nery, no portal G1. Segundo ele, a nova fase da **reforma tributária** precisaria ser remetida ao Congresso com o projeto do Orçamento de 2024.

Por trás dessa manobra, estava a avaliação de que o governo precisa incluir na proposta de Orçamento o aumento de arrecadação com medidas que estarão nessa segunda etapa da **reforma tributária** e, assim, garantir o cumprimento das metas do novo arcabouço fiscal - que prevê déficit zero nas contas públicas no próximo ano.

Na mira do governo, estão a volta da tributação de lucros e dividendos recebidos por pessoas físicas que são acionistas de empresas, e o corte de renúncias fiscais concedidas no IR. Para entrar em vigor em 2024, essas medidas têm de ser aprovadas até o fim do ano. É que a legislação tem uma regra que determina que, para aumentar imposto, o início da vigência só pode acontecer no ano seguinte.

A proposta gerou resistência no Congresso. Em entrevista ao Estadão, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, chegou a dizer que Haddad não iria antecipar o envio da segunda fase se isso pudesse atrapalhar a tramitação atual, tampouco sem "combinar" com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

FOLHA DE PAGAMENTO. Ainda sobre a **reforma tributária**, Haddad disse ontem que a ideia inicial é de que a desoneração (redução de encargos fiscais) da folha de pagamento de salários também entre de "forma combinada" nessa segunda fase da proposta. Para o ministro, seria ruim "misturar" a discussão da folha de pagamento com a reforma que está agora no Senado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad: reforma do IR somente após mudanças nos tributos sobre consumo

Brasília - Depois de prever a apresentação da reforma do Imposto de Renda para agosto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo enviará o projeto ao Congresso apenas após a aprovação da reestruturação dos **tributos** sobre o consumo, prevendo a edição da medida no final deste ano.

Em declaração a jornalistas, o ministro também mudou de posição ao dizer que não conta com a reforma do Imposto de Renda para cumprir o objetivo de zerar o déficit primário do governo em 2024.

Na semana passada, Haddad havia afirmado que o governo federal não aguardaria o fim da tramitação da **reforma tributária** do consumo, que ainda depende de análise do Senado após ser aprovada na Câmara, para enviar aos parlamentares a segunda fase da reforma, que tratará da taxaço sobre a renda. Na ocasião, ele afirmou que a medida seria enviada junto ao projeto de Orçamento do ano que vem, que chegará ao Legislativo no fim de agosto.

Na mesma entrevista da semana passada, ele havia argumentado que a segunda fase da reforma precisaria ser apreciada pelo Congresso junto com o Orçamento para garantir que as metas estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal fossem cumpridas. As duas posições agora mudaram.

"Só (enviaremos) depois da aprovação da reforma da tributação do consumo, lá para o final do ano", disse Haddad. "Não estamos contando com isso para cumprir meta (zero em 2024)".

Perguntado sobre os principais eixos da segunda fase da reforma, o ministro disse que ainda serão iniciadas "as discussões internas" sobre o tema no Ministério da Fazenda. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Ministro da Fazenda defende que o rico deve pagar mais imposto do que o pobre

Elogiado no mercado financeiro e entre o empresariado por causa da **reforma tributária** e do arcabouço fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirma que a discussão sobre a segunda etapa da mesma reforma, que se propõe a mexer em renda e patrimônio, enfrentará resistência muito maior de setores que hoje o aplaudem. "Mas nós vamos divulgar os dados", afirma.

O ministro questiona "como um país com tanta desigualdade isenta de imposto de renda o 1% mais rico da população?" e diz que a primeira etapa da reforma já equivale ao "Plano Real" do terceiro governo de Lula (PT), comparando a medida com o controle da **inflação** no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Mas admite que o desafio fiscal "é grande".

O próprio Tesouro Nacional vê a necessidade de arrecadação extra de R\$ 162,4 bilhões para que o governo cumpra um dos maiores compromissos: o de zerar o déficit público em 2024. Questionado se não terá que aumentar **impostos** ou cortar investimentos, ele afirmou que o governo buscará "corrigir distorções absurdas do sistema tributário" para cumprir a meta.

Aponta como exemplo "escândalo patrimonialista dos mais execráveis" em regras que beneficiavam empresas no julgamento das dívidas com a **Receita Federal**. "Estamos promovendo a republicanização do Estado brasileiro", disse o ministro. Ele destacou ainda que a taxa da distribuição de lucros e dividendos, que pode atingir a classe média, será discutida com "cautela". E reafirmou que o Banco Central tem dificultado o crescimento do país ao manter as taxas de juros em patamares altos. "Mas ele, um dia, acorda."

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/19-07-2023-edicao24618/>

Reforma do IR vai tributar dividendos, e esse será um debate intenso e necessário

Por Míriam Leitão

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que decidiu deixar para mais tarde, provavelmente para o final deste ano, a apresentação de uma reforma do Imposto de Renda, e essa foi uma decisão sábia .

Como já tinha dito neste espaço, a apresentação de mudanças no IR acontecendo ao mesmo tempo da tramitação no Senado que unifica e simplifica **impostos** era uma má ideia.

Seria atropelar um assunto complexo com outro assunto complexo.

A **reforma tributária** sobre a qual temos falado até agora é a reforma dos **impostos** sobre o consumo. Outra parte dela é a **reforma tributária** sobre o Imposto de Renda de empresas, pessoas físicas e patrimônio, e isso é muito importante.

Hoje no Brasil o IR pago pelas empresas é grande. E os acionistas das empresas recebem dividendos sobre suas ações, e sobre os dividendos, não recai imposto.

Cria-se uma situação absurda, que o ministro outro dia resumiu com a seguinte frase: o 1% mais rico do Brasil não paga imposto. Recebem dividendos às vezes milionários e não são tributados por isso.

Essa é uma transição para reduzir um pouco o imposto sobre a empresa, fazer com quem recebe dividendos passe a pagar mais, obedecendo ao princípio da progressividade. Isso torna a economia mais competitiva.

Esse é o princípio da próxima **reforma tributária**. Há uma proposta na mesa no Congresso que foi enviada pelo governo Bolsonaro, mas o governo Lula quer formular um texto próprio.

De qualquer forma, isso só pode ser feito quando a atual fase da **reforma tributária**, dos **impostos** sobre o consumo, for concluída.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/07/reforma-do-ir-vai-tributar-dividendos-e-esse-sera-um-debate-intenso-e-necessario.ghtml>

Folha e IR terão debate 'combinado'

Brasília - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, repetiu ontem que o governo irá enviar ao Congresso uma proposta de reforma da tributação sobre a renda somente após a conclusão da votação da reforma dos **impostos** sobre o consumo.

"Mais para o fim do ano", observou. Haddad assinalou que a Fazenda ainda vai começar as discussões internas sobre a proposta de reforma da tributação sobre a renda, mas adiantou que a ideia é que a desoneração da folha de salários entre "de forma combinada" nessa segunda fase. Para o ministro seria "muito ruim" misturar a discussão da folha de pagamento com a reforma que está no Senado. "Você vai misturar assuntos muito diferentes e comprometer a reforma sobre o consumo", avaliou.

O ministro disse ainda que não pretende aproveitar o projeto de reforma da tributação da renda enviada pelo governo anterior ao Congresso. O projeto de taxação de dividendos com redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) chegou a ser aprovado pela Câmara em 2021, mas não avançou no Senado. "Não devemos aproveitá-la, não. Nesse caso é lei ordinária, não é PEC. E não contamos com isso para bater meta", completou.

O comentário de Haddad contraria as expectativas que se criaram sobre a tramitação da segunda parte da **reforma tributária**.

Na semana passada, o ministro teria dado a entender que não pretendia aguardar a aprovação da matéria sobre o consumo para enviar a proposta de reforma sobre a renda.

A primeira parte da PEC tributária foi aprovada pela Câmara e a previsão é que comece a ser debatida em agosto no Senado, mas a expectativa é que a votação da matéria efetivamente ocorra somente em outubro, conforme previu o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco.

Após ter passado pela Câmara, o texto que agora tramita no Senado busca simplificar o sistema tributário, substituindo PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A previsão para a transição é de dez anos, e sem redução da carga tributária. A proposta também cria o Imposto Seletivo Federal, que deverá incidir sobre bens e serviços cujo consumo se deseja desestimular, entre estes os cigarros e as bebidas alcoólicas.

O IBS, entre outros pontos, terá caráter nacional, com alíquota formada pela soma das alíquotas federal, estaduais e municipais. Estados e municípios determinam suas alíquotas por lei. Nas operações interestaduais e intermunicipais, pertencerá ao estado e ao município de destino. O tributo ainda incidirá sobre base ampla de bens, serviços e direitos, taxando todas as utilidades destinadas ao consumo que será cobrado em todas as etapas de produção e comercialização. Também no projeto está um mecanismo para devolução de créditos acumulados pelos exportadores, conforme informações no site da Câmara dos Deputados.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

Governabilidade é a mais baixa de Lula em três mandatos, mostra índice

BRUNO LUIZ LORENNA RODRIGUES

O Índice de Governabilidade (I-Gov) do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi de 48% em junho, segundo levantamento da empresa de inteligência de dados 4Intelligence.

O percentual é o mesmo registrado por Jair Bolsonaro (PL) em junho de 2019. O ponto mais fraco do atual governo é a relação com o Legislativo, que registrou índice de 18%.

O I-Gov é um indicador que mede as condições do governo federal para implementar uma agenda de interesse do Executivo junto a diferentes atores políticos: Legislativo, Judiciário e opinião pública. O índice é divulgado com exclusividade pelo Estadão/Broadcast.

"O governo está enfrentando desafios severos no Legislativo, que está todinho formatado, em termos eleitorais, para atender o governo anterior. A direita formatou um Legislativo que, obviamente, imporia, impõe e vai impor dificuldades para o Lula em termos de agenda", disse o cientista político Humberto Dantas, um dos fundadores da 4Intelligence.

Em pouco mais de seis meses de governo, o petista concentra as piores condições de governabilidade na comparação entre seus três mandatos.

O primeiro mandato teve IGov médio de 74,72%, ante 76,51% da segunda gestão. Os números são os maiores da série histórica do levantamento, iniciada em 2003. As piores médias de governabilidade de presidentes foram registradas na segunda gestão de Dilma Rousseff (PT), alvo de processo de impeachment, e de Michel **Temer** (MDB).

O índice é calculado pela média simples de três indicadores associados ao fenômeno da governabilidade: relação entre Executivo e Legislativo, a partir da aprovação de medidas provisórias; interação do Palácio do Planalto com o Judiciário, com base no posicionamento do Supremo Tribunal Federal em relação a Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs); e a percepção da opinião pública sobre o trabalho do presidente da República, medida por pesquisas.

FRAGILIDADES.

O calcanhar de Aquiles deste mandato de Lula está na relação com o Legislativo.

A fragilidade na articulação política ficou clara na tramitação de medidas provisórias enviadas ao Congresso pelo Executivo: das 11 matérias analisadas, sete perderam a eficácia porque não foram votadas dentro do prazo e quatro foram aprovadas com modificações.

"Se comparado ao primeiro e ao segundo mandatos de Lula, o presidente atingiu sua pior marca (na relação com o Legislativo). Em junho de 2004, o índice alcançou 69% e, em junho de 2007, chegou a 73%. Quando comparado a Bolsonaro, Lula 3 também apresenta o pior desempenho, dado que seu antecessor obteve 39%", diz o levantamento.

O estudo credita os resultados negativos no Legislativo ao imbróglio entre Câmara e Senado, no primeiro semestre, para definir o rito de tramitação das MPs e à dificuldade que Lula enfrentou na articulação política com o Congresso.

Na avaliação de Dantas, uma melhora no cenário de governabilidade está associada à distribuição de cargos ao Centrão.

Em busca de uma base mais sólida no Congresso, Lula tem buscado acomodar no governo partidos do bloco.

"Existe uma possível **reforma ministerial**, melhor distribuição de espaços dentro do Executivo.

Há a possibilidade de, se as coisas continuarem do jeito que estão, a gente ter um avanço no segundo semestre para indicadores melhores." Lula tem situação mais tranquila na opinião pública, com avaliação estável desde o início do governo. Lula registrou 50% em janeiro e 53% em junho.

O petista não atingiu o pico de Bolsonaro, que chegou a 58% de avaliação positiva em janeiro de 2019.

"Se, por um lado, o petista não repete o sucesso de seus dois primeiros mandatos, quando registrou médias superiores a 60% nos seis meses iniciais de

trabalho, por outro fica estacionado em algo que pode representar sinal de equilíbrio", diz o levantamento. Os resultados sugerem também que a polarização vista em 2022 continua na sociedade.

JUDICIÁRIO.

As condições de governabilidade são mais favoráveis para Lula no Judiciário, onde o I-Gov atingiu 70% em junho. O presidente, no entanto, enfrenta os efeitos de julgamentos do Supremo em Ações Diretas de Inconstitucionalidade propostas, em sua maioria, na gestão Bolsonaro.

De acordo com a 4Intelligence, a série histórica do I-Gov mostra que índices acima de 75% indicam condições "extremamente positivas" para o exercício da Presidência. Números acima dos 50% mostram possibilidade de o trabalho ser realizado, mas apontam riscos de "algum tipo de desafio mais delicado".

*

Composição

Indicador é calculado com dados sobre a relação com o Congresso, o Judiciário e a opinião pública

*

Padilha recebe candidatos a ministros

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, se reuniu ontem com os deputados André Fufuca (PPMA, acima), e Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE), no Planalto. O encontro ocorre em meio às negociações por uma **reforma ministerial** para acomodar partidos do Centrão na Esplanada. Ambos são apontados como possíveis indicados

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Knot, do BCE, coloca em dúvida alta de juros em setembro

Haslinda Amin e Alexander Weber Bloomberg

Klaas Knot, que faz parte do Conselho do Banco Central Europeu, disse que o aperto monetário após a reunião da semana que vem não é fato consumado, um sinal de que as autoridades poderão interromper em breve sua campanha sem precedentes de aumentos das taxas de juros.

"Para julho, acho que é uma necessidade, para qualquer coisa além de julho, seria no máximo uma possibilidade, mas de forma alguma uma certeza", disse em entrevista à "Bloomberg TV" o presidente do banco central holandês, tradicionalmente favorável ao aperto monetário. "De julho em diante, acho que devemos observar cuidadosamente o que os dados dizem sobre a distribuição de riscos em torno da linha de base." As observações sinalizam que as expectativas do mercado e de analistas para mais duas altas de 0,25 ponto percentual da taxa de depósito, para 4%, podem ser exageradas. Os títulos do governo ampliaram os ganhos, e o euro recuou do nível mais forte em relação ao dólar em quase um ano e meio. Operadores reduziram as apostas de elevação dos juros após a fala de Knot.

"O mercado está muito convencido de uma taxa terminal de 4% após a reunião de junho e agora começa a perceber que há uma incerteza considerável para setembro", disse Theophile Legrand, estrategista do Natixis. "Se os "hawks" também começarem a falar em incerteza, a taxa terminal de 3,75% é uma possibilidade real", afirmou em referência às autoridades que defendem subir os juros.

O anúncio da reunião de política monetária do BCE deste mês pode conter mais pistas sobre a direção da taxa de juros. Embora alguns membros do Conselho do BCE tenham dito que mais aumentos podem ser necessários no terceiro trimestre para reduzir o núcleo da **inflação**, outros se preocupam com a economia de 20 países da zona do euro, que batalha para sair da recessão.

"Knot quer ver evidências decisivas de que a **inflação** subjacente está caindo. Vemos sinais de progresso em alguns indicadores, mas é improvável que isso se reflita na leitura do núcleo antes da reunião de política monetária de setembro.

Combinada com as preocupações com a força dos ganhos salariais, uma taxa terminal de 4% ainda parece mais provável", avalia Jamie Rush, economista-chefe europeu da Bloomberg Economics.

A situação não é diferente nos EUA, onde a expectativa é que o Federal Reserve também eleve as taxas na próxima semana, embora altas posteriores sejam menos certas.

A tarefa do Banco da Inglaterra fica mais clara com a **inflação** acima das estimativas. Os mercados até veem possibilidade de um aumento de 0,50 ponto percentual na próxima reunião em agosto.

Na zona do euro, a **inflação** geral tem recuado, mas as pressões subjacentes se mostram persistentes.

Knot disse que esse indicador dá sinais de estabilização.

"Parece que a **inflação** subjacente se estabilizou", disse em Gandhinagar, na Índia, onde participa de uma reunião dos ministros das Finanças do G20. "Mas, nos próximos meses, gostaríamos de ver evidências um pouco mais decisivas sobre isso ativamente." Também falando à Bloomberg na Índia, o presidente do Banco da Itália, Ignazio Visco - uma voz mais "dovish", que pediu cautela em novos aumentos de juros -, disse que os ganhos de preços podem cair mais rapidamente do que o BCE projetou no mês passado.

Knot chamou de "otimista" a visão de que a **inflação** possa recuar para a meta de 2% em 2024, em vez de 2025, como o BCE prevê atualmente. Uma questão é a rapidez com que os efeitos do aperto decretado durante o ano passado se refletem na economia.

O presidente do Banco da França, François Villeroy de Galhau, disse na terça-feira que pode ser necessária paciência para aguardar esse impacto.

"Estou totalmente confiante de que a transmissão da política monetária está acontecendo, mas, provavelmente, está acontecendo um pouco mais devagar do que em outros momentos", disse em Paris.

Ecoando comentários na segunda-feira do presidente do Bundesbank, Joachim Nagel, que também defende

o aperto monetário, Knot enfatizou que é "impossível dizer" como votar depois da semana que vem, pois ainda há muitos dados relevantes por vir.

"Para qualquer coisa além de julho, seria no máximo uma possibilidade" Klaas Knot

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187606>

Empresas vão liberar funcionários em jogos da Copa do Mundo

Douglas Gavras

Empresas de diferentes setores vão liberar funcionários para ver os jogos do Brasil na Copa do Mundo, que começa nesta quinta (20), na Austrália e na Nova Zelândia.

Mesmo não sendo uma medida obrigatória, de acordo com as companhias, o objetivo é impulsionar a diversidade e valorizar a competição, seguindo o modelo adotado no torneio masculino.

O primeiro jogo do Brasil vai ser às 8h, na segunda-feira (24), contra o Panamá. A seleção está no Grupo F, que tem ainda França e Jamaica.

O segundo jogo será contra a França, no sábado (29). A partida contra a Jamaica vai acontecer na quarta-feira, 2 de agosto. A competição vai até o dia 20 do próximo mês.

No grupo de panificação Bimbo -das marcas Pullman, Plusvita, Rapio e Ana Maria-, todos os colaboradores serão liberados para acompanhar as participações do time brasileiro.

As atividades das linhas de produção e centros distribuidores vão ser ajustadas gradativamente durante os jogos. Os funcionários da área administrativa vão ter intervalos no expediente.

"Atualmente, a companhia possui cerca de 21% de mulheres globalmente e, especificamente em cargos de liderança, já são mais de 25%. Estamos promovendo cada vez mais iniciativas para acelerar esse processo", disse em nota Mário Escotero, vice-presidente de Gestão de Pessoas.

O grupo Boticário também vai ter expediente diferenciado nos dias de jogos da seleção feminina. Os que trabalham no modelo presencial contarão com uma estrutura montada nos refeitórios ou auditórios, a depender dos horários dos jogos; os que trabalham em esquema híbrido

ou remoto iniciarão o expediente uma hora após os jogos ou serão liberados uma hora antes da partida.

Segundo a empresa, 60% do quadro de colaboradores é composto por mulheres, e elas ocupam 40% dos

cargos de liderança. "Se desejamos uma sociedade realmente equânime em gênero, raça e outras dimensões de diversidade, precisamos investir em uma caminhada que tenha consistência", disse em nota Fabiana de Freitas, vice-presidente de jurídico, compliance, ESG e assuntos institucionais do grupo.

A rede de farmácias Pague Menos também terá um horário alternativo para os dias de jogos. Como as disputas na primeira fase vão ocorrer no início da manhã, os funcionários da área administrativa vão poder entrar às 13h. Nas lojas e centros de distribuição, eles terão uma área reservada para acompanhar as partidas.

Segundo a rede, 59% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres.

O Grupo CCR (que administra rodovias, aeroportos e metrô) vai liberar os times administrativos uma hora antes das partidas, com retorno ao trabalho uma hora após os jogos. O esquema vale tanto para os presenciais quanto para as equipes que estão em home Office.

"É a primeira vez que decidimos colocar em ação esse tipo de iniciativa durante a Copa do Mundo feminina de futebol. Ela integra uma série de ações que foram reforçadas, desde 2020, com a criação da Área de Diversidade e do Comitê de Diversidade", diz Patrícia Anacleto, gerente da área de Gente.

Um dos funcionários da empresa, Erymar Alexandre Costa, que atua na Via Oeste (sistema Castello-Raposo), é pai da zagueira da seleção Lauren Leal e viajará para acompanhar os jogos.

Na empresa de energia Siemens Energy, os funcionários irão começar a trabalhar após as partidas. No dia 24, por exemplo, vão entrar às 10h. Nos locais em que a equipe precisa trabalhar presencialmente, vão ser instalados telões e serão distribuídos lanches para a equipe.

A farmacêutica AbbVie, que conta com cerca de 1.100 colaboradores no país, também vai manter um esquema diferenciado para a equipe nos dias de jogos do Brasil: os funcionários poderão optar por assistir na empresa ou, em alguns casos, de casa.

"É essencial incentivar e promover iniciativas como essas, para construirmos um ambiente inclusivo e uma sociedade mais justa", disse a diretora Camila Zanqueta, em nota. A empresa tem duas sedes administrativas em São Paulo, uma fábrica em Guarulhos (SP) e um centro de distribuição em Extrema (MG).

A Visa também irá liberar todo o quadro de funcionários para acompanhar os jogos do Brasil, quando estes ocorrerem em horário de expediente.

"Investimos na decoração do escritório durante o período da competição. Haverá uma mesa de pebolim para que os funcionários se divirtam em momentos de lazer. Além disso, a empresa irá distribuir o álbum oficial de figurinhas da Copa do Mundo", diz a empresa.

Segundo a Febraban (federação que representa os bancos), as instituições estão discutindo a adoção de jornadas especiais para os dias de jogos da seleção.

Um levantamento da empresa de tecnologia Zoox Smart Data aponta que 70% dos entrevistados disseram que a empresa em que trabalham não irá liberar as equipes durante os jogos da seleção e 12% serão liberados apenas nos horários dos jogos. Foram ouvidas 31.615 pessoas, em aeroportos, hotéis e metrô em cidades das cinco regiões do país.

A iniciativa não ocorre apenas na iniciativa privada. Na sexta-feira (14), o governo do presidente Lula (PT) anunciou que os dias de jogos da seleção brasileira serão ponto facultativo para funcionários públicos federais.

Segundo a Agência Brasil, a ministra do Esporte, Ana Moser, pediu ao presidente que tomasse a decisão. Pelas informações do Ministério dos Esportes, o expediente se inicia às 7h nos dias em que as partidas começarem até 7h13 e ao meio-dia para quando se iniciarem às 8h. As horas não trabalhadas devem ser compensadas até 29 de dezembro.

Isso vale só para servidores federais -estados, municípios e empresas de economia mista têm autonomia para decretar ou não o ponto facultativo.

Jogos do Brasil na 1º fase

Brasil x Panamá

segunda, 24 de julho, 8h

França x Brasil

sábado, 29 de julho, 7h

Jamaica x Brasil

quarta, 2 de agosto, 7h

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50342&anchor=6480451&maxTouch=0&_ga=2.68153809.1790081957.1689562764-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=d85383436202383fdd279757e44929ba

DF terá ponto facultativo em jogos da seleção

Conforme deve ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), os dias de jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo Feminina serão considerados pontos facultativos para o serviço público do DF. O decreto que dispõe sobre o período das partidas foi assinado pela governadora em exercício Celina Leão (PP), em uma solenidade no Palácio do Buriti, ao lado de secretários de Estado e parlamentares. "A intenção é fomentar o esporte e dar visibilidade às mulheres", afirmou Celina aos jornalistas. O documento segue a portaria do governo federal, que concede a medida a nível nacional.

"O objetivo é valorizar cada vez mais as meninas. O decreto dá a mesma prerrogativa dos jogos masculinos para os jogos femininos. Não dá para falar de igualdade se não tomarmos ações na ponta. O governo assina esse documento para que a gente possa participar da copa e assistir as nossas meninas, que vestem a camisa do Brasil para nos representar", contou a líder interina. "Não existe esporte masculino e esporte feminino, a mulher pode estar onde ela quiser estar", concluiu. Para Celina, essa é mais uma ação que motiva a soro-ridade e a igualdade entre homens e mulheres.

Essa é a primeira vez que os **servidores públicos** poderão assistir aos jogos ao lado da família e dos amigos, já que o decreto define que o serviço só terá início em até duas horas após o final das partidas. Segundo o Governo do Distrito Federal (GDF) o intuito é aumentar a visibilidade e prestígio das jogadoras, que vão disputar o título mundial na Austrália e na Nova Zelândia, a partir dessa quinta-feira, 20 de julho. Para os jogos que ocorrem às 7h30, o expediente começa às 8h e para os jogos que ocorrem às 8h, o trabalho começa às 12h, sem necessidade de reposição das horas.

Presente na solenidade, a líder da Secretaria da Mulher do DF, Gi-selle Ferreira reiterou a importância do esporte para a população: "Colocamos o futebol feminino nos centro-olímpicos e paralímpicos, porque sabemos da importância do esporte na formação do cidadão e das mulheres. Tenho muito orgulho de vestir a camisa e fazer parte desse time. A secretaria se sente representada e nós só temos a agradecer".

Em discurso no evento, o secretário interino de Esporte, Renato Junqueira, disse que o decreto do

ponto facultativo representa "valorização". "É muito mais que o discurso, tem que ser na prática. Esse decreto faz com que o futebol feminino seja reconhecido. Ficamos felizes quando recebemos projetos na secretaria relacionados às ligas de futebol feminino, que é crescente no Distrito Federal", completou Renato.

Segundo o secretário, o DF tem avançado na área do esporte, uma vez que foi regulamentada ainda esta semana a Lei de Incentivo ao Esporte, que dá oportunidade aos projetos esportivos da capital, com a disponibilização de recursos coletados por emendas ou por fundo de apoio.

Apesar da folga para assistir aos jogos, o decreto não se aplica às áreas consideradas essenciais, como saúde, segurança, vigilância sanitária, fiscalização tributária, comunicação, assistência social, fiscalização de proteção urbanística, fiscalização do consumidor e limpeza urbana, que deverão seguir as instruções de escala de acordo com suas chefias. O ponto facultativo, portanto, valerá para os dias 24 de julho, para o jogo entre Brasil e Panamá; para o dia 29 de julho, entre Brasil e França e para 2 de agosto, entre Brasil e Jamaica.

Caso a seleção avance para a próxima fase da competição, um novo decreto deve ser publicado para definir as demais partidas. A Copa do Mundo Feminina de 2023 contará com a participação de 32 seleções que vão disputarem oito grupos de quatro países, sendo que os dois primeiros se classificam para a fase classificatória. A final da copa está marcada para o dia 20 de agosto.

"O OBJETIVO É VALORIZAR CADA VEZ MAIS AS MENINAS. O DECRETO DÁ A MESMA PRERROGATIVA DOS JOGOS MASCULINOS PARA OS JOGOS FEMININOS. NÃO DÁ PARA FALAR DE IGUALDADE SE NÃO TOMARMOS AÇÕES NA PONTA. O GOVERNO ASSINA ESSE DOCUMENTO PARA QUE A GENTE POSSA PARTICIPAR DA COPAE ASSISTIRAS NOSSAS MENINAS."

Celina Leão, governadora em exercício

PASSAGEM AÉREA MAIS BARATA: APOSENTADOS PODEM USUFRUIR - FALANDO DE APOSENTADOS

JOÃO ADOLFO DE SOUZA

Você já deve ter ouvido falar da proposta do governo federal para que as pessoas possam comprar passagens aéreas mais baratas. Há muito tempo já se falava que o governo iria liberar passagens no valor de R\$ 200 para que os brasileiros pudessem viajar mais. Chamado de "Voa Brasil", o programa já tem previsão para entrar em vigor e algumas companhias aéreas já aderiram ao programa. Devem ser liberadas cerca de 1,5 milhão de passagens por mês. Mas, no momento, está beneficiando apenas alguns públicos e há critérios para conseguir a passagem mais barata. Confira.

De acordo com o Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, as passagens aéreas no valor de R\$ 200 já devem começar a ser distribuídas no mês de agosto. Além disso, o Programa Voa Brasil vai disponibilizar um aplicativo para a reserva de passagens.

O aplicativo vai funcionar da seguinte forma: o titular insere o seu CPF, se não voou nos últimos 18 meses, escolhe o destino e o aplicativo vai dar as opções de passagens a R\$ 200 ida e R\$ 200 volta, no máximo.

No início, o Voa Brasil possui algumas regras e está destinado para grupos específicos. Para conseguir comprar as passagens mais baratas, é preciso ser aposentado ou pensionista e não ter voado nos últimos 18 meses; aos poucos, será liberado para **servidores públicos**.

Cada pessoa só poderá comprar quatro trechos e a venda de passagens será fora da alta temporada, em dois períodos, de fevereiro a junho e de agosto a novembro, quando ocorre ociosidade média de 21% nos voos domésticos do país.

De acordo com o Ministro, os recursos para custear as passagens não são dos cofres públicos. O programa vai utilizar os assentos vazios das empresas. Dessa forma, é uma oportunidade para que as companhias aéreas angariem mais clientes, além de dinheiro, já que aqueles assentos estariam vazios se não fosse pelo programa, programa.

As empresas como Azul, A expectativa do governo, Gol e Latam já aderiram ao de acordo com o Ministro

França, é disponibilizar cerca de 1,5 milhão de passagens por mês e, até o fim deste ano, o governo já espera que o programa tenha atingido a sua capacidade máxima.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal no YouTube João Financeira e meu perfil no Instagram @joaofinanceiraoficial.

Aposentados e pensionistas terão a oportunidade de comprar passagens de avião por R\$200a partir de agosto

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/11349/19-07-2023.html>